



**ADERÊNCIA DOS DISCENTES À LEI
12.711/2012: UMA ANÁLISE DO
DESEMPENHO DOS COTISTAS NO
ÂMBITO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI, NO
PERÍODO DE 2012 A 2017.**

ADERÊNCIA DOS DISCENTES À LEI DE 12.711/2012: UMA ANÁLISE DO DESEMPENHO DOS COTISTAS NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI, NO PERÍODO DE 2012 A 2017.

Relatório técnico apresentado pelo(a) mestrando(a) Marcio Frank Rodrigues ao Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede, sob orientação do(a) docente Dr. Rodrigo Santos de Melo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.



Resumo

03

Contexto e/ou organização e/ou
setor da proposta

05

Público-alvo da proposta

08

Descrição da situação-problema

09

Objetivos da proposta de intervenção

10

Diagnóstico e análise

11

Proposta de intervenção

13

Responsáveis pela proposta de
intervenção e data

15

Referências

17

RESUMO

O presente relatório técnico teve como objetivo avaliar o desempenho dos estudantes cotistas no âmbito da Universidade Federal do Piauí – UFPI. O relatório adotou uma abordagem descritiva, buscando compreender, caracterizar e analisar os fenômenos em estudo, sem o foco em estabelecer relações causais. A metodologia utilizada foi predominantemente quantitativa, envolvendo a coleta sistemática de dados numéricos, que foram posteriormente analisados por meio do DEA. Além disso, dados secundários foram empregados para complementar a abordagem quantitativa, enriquecendo a análise.

O estudo ofereceu dados valiosos sobre o desempenho e os desafios enfrentados por estudantes cotistas nessa instituição de ensino público, contribuindo para a compreensão das dinâmicas relacionadas à implementação das políticas de cotas raciais e proporcionando subsídios para aprimorar a equidade e inclusão no ensino superior.



Conforme López (2012), as políticas de ações afirmativas no contexto atual são vistas por alguns como uma resposta necessária e importante para enfrentar as desigualdades raciais e históricas presentes na sociedade, no entanto, há diversas questões e debates dentro da academia e da sociedade em geral sobre seus efeitos e impactos.

O presente estudo justifica-se pelo impacto social e a otimização dos processos, trazendo maior eficácia aos estudantes que desejam submeter suas candidaturas. Ao simplificar esse procedimento, o acesso ao programa se tornará mais acessível, favorecendo a democratização educacional. Essa medida contribui para igualar oportunidades entre alunos de diversas origens socioeconômicas e culturais, resultando em uma sociedade mais equitativa e inclusiva. Dessa forma, o critério principal de seleção passa a ser o mérito acadêmico e o potencial dos estudantes em detrimento das barreiras burocráticas que podem prejudicar certos candidatos.

Nesse contexto, surge a política pública de cotas em universidades federais, regida pela lei 12.711/2012, como uma das formas de promover essa inclusão, tomando por base as dificuldades de compreensão do ponto de vista legal, tais como as etapas para se inserir no programa, as comissões que ainda estão em processo de formação e melhoria, e por fim, as mudanças no processo causadas pela pandemia.

O estudo teve como objetivo avaliar o desempenho acadêmico dos discentes cotistas na Universidade Federal do Piauí (UFPI). Isso inclui uma análise abrangente do rendimento acadêmico dos estudantes que ingressaram por meio das políticas de cotas raciais e sociais. Além disso, busca-se investigar como o orçamento destinado às políticas de cotas impacta diretamente nos recursos disponíveis para apoiar esses estudantes.

Para a coleta de dados, foram utilizados dados de relatórios provenientes de fontes diversas, incluindo o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), consultas no Painel Universidade 360° e informações do Censo da Educação Superior.

No atual contexto social, político e econômico brasileiro, políticas públicas têm sido objeto de considerável atenção e importância, principalmente devido constante interesse em compreender e aprimorar o processo de desenvolvimento dessas políticas vigentes (Cavalcanti, 2012). Com o objetivo de solucionar questões sociais e aprimorar a qualidade de vida da população, abrangendo desafios como pobreza, desigualdade, desemprego, acesso a saúde, educação, moradia, segurança pública, meio ambiente e outros temas de interesse público.

Souza e Secchi (2015) mencionam que política pública é um conjunto de diretrizes destinadas a resolver problemas sociais, dada essa definição, nesse sentido as cotas são apropriadas como uma política nacional, pois visam abordar o problema público da sub-representação de grupos desfavorecidos no ensino superior. Cotas são políticas para promover igualdade e inclusão de grupos desfavorecidos, definindo números específicos para superar barreiras e discriminação em diversas áreas.



CONTEXTO

No Brasil, a partir do início do século XX, a demanda e a oferta de cursos superiores se expandiram à medida que o mercado de trabalho passou a valorizar ainda mais o conhecimento acadêmico e a pesquisa científica (Brasil, 2015). Nessa perspectiva a expansão das vagas resultou em uma concentração significativa de alunos em áreas específicas, proporcionando um aumento de mão de obra qualificada e preparada para os desafios do mundo atual.

Nesse sentido, as universidades são reconhecidas como ferramentas de transformação social, desenvolvimento sustentável e inclusão nacional ao cenário internacional, tendo em vista seu papel fundamental de formador de conhecimento (Brasil, 2009, p.9). Cabe evidenciar que, diante da situação posta, algumas áreas estratégicas enfrentaram uma falta de trabalhadores qualificados, enquanto outras um aumento de qualidade técnica, dessa forma gerando desequilíbrio.

Traduzindo em números, conforme os dados sugerem, no ano 2005, havia 176 universidades no Brasil, sendo 90 públicas, distribuídas em 52 federais, 33 estaduais e cinco municipais, em contrapartida no setor privado, existiam na época 1.934 instituições, das quais 86 universidades, sendo assim uma média de cerca de 1.700.000 novos alunos se matriculavam a cada ano e se formavam presencialmente, uma média significativa, levando em consideração obviamente a ampliação do ensino superior, tendo em vista a maior quantidade de vagas (INEP, 2005).

Todavia o período de limitações orçamentárias aprofundou as carências das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), que resultaram em estruturas educacionais com condições mínimas para serem utilizadas, inseguras do ponto de vista estrutural (Bittencourt; Ferreira, 2014). Além disso, a falta de professores e pessoal técnico-administrativo, bem como a baixa matrícula de jovens na faixa de 18 a 24 anos no ensino superior público, agravou o declínio nesse período.



Diante do exposto, o acesso ao ensino superior passou a ser indagado, indicando para um processo de exclusão social, cuja respostas dependeriam da ampliação das oportunidades por meio do aumento do número de vagas disponíveis no sistema de ensino (Bittencourt; Ferreira, 2014). Tal ampliação de acesso à educação superior envolveria a transformação do sistema educacional, com a criação de novas instituições, aprimoramento das existentes, desenvolvimento de novos cursos e políticas inclusivas para motivar a sociedade a buscar qualificação.

Diante desse cenário surge o Decreto nº 6.096/2007 que criou o Reuni e autorizou o Ministério da Educação (MEC) a desenvolver indicadores de desempenho e novas formas de controle institucional tomando por base, diversas concepções, tais como: matrículas projetadas, fatores de retenção por área de conhecimento, número de professores equivalentes e proporção de professor por aluno de pós-graduação (Brasil, 2007). Essa transformação impulsionou melhorias no ensino e na aprendizagem, marcando um avanço na qualidade da educação pública no Brasil.

Importante destacar as diretrizes do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni que visam expandir o ensino superior público, facilitar a reestruturação acadêmica, a renovação pedagógica, a mobilidade interinstitucional e interinstitucional, o compromisso social institucional e o desenvolvimento e aprimoramento dos cursos de graduação (Brasil, 2009). A essência do programa visa ampliar o acesso de estudantes, com foco na qualidade, eficiência e resultados baseados em indicadores de desempenho.

Os números mostram que ao longo do período que compreendeu 2003 e 2010, o número de universidades federais saltou de 45 para 59 e o número de campi aumentou de 148 para 274, ademais, foram criadas em 2014, um adicional de mais 47 unidades, totalizando 321 campi difundidos pelos estados brasileiros, portanto, considerando a instalação de diversas IFES em 272 municípios no intuito de garantir expansão, desenvolver regiões e reduzir assimetrias (Brasil, 2012). Essa notável evolução expandiu significativamente o acesso à educação superior em áreas remotas e aprimorou a qualificação da mão de obra.



Em percentuais, durante o período de 2007 e 2013 o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni contribuiu para ampliação das vagas por universidade, que foi em média de 89,3%. Das 2.804 vagas iniciadas em 53 IFES, 78% foram concluídas até 2014, embora destaque-se que algumas IFES tiveram a necessidade de acionar recursos adicionais para aporte com custos para contratações (Bittencourt; Ferreira, 2014). Com base nos dados apresentados ao longo do tempo, fica claro que o programa desempenhou um papel significativo na ampliação do acesso ao ensino superior público, com alta eficiência.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, portanto, teve um impacto significativo na expansão e na melhoria do ensino superior público no Brasil, permitindo o aumento do acesso de estudantes, a criação de novos cursos, a modernização da infraestrutura e a qualificação do corpo docente, legitimado pelo Decreto nº 6.096 de 2007 (Brasil, 2007). É relevante notar que a implementação e os resultados do programa podem variar entre as universidades federais devido à autonomia de cada instituição na definição de suas ações e metas, dentro das diretrizes do Reuni.



PÚBLICO-ALVO

O público-alvo deste relatório técnico sobre políticas públicas de cotas (Lei 12.711/2012) envolve considerar diferentes grupos interessados e afetados por essa legislação. Os principais grupos incluem:

Acadêmicos e Pesquisadores: Professores, pesquisadores e estudantes universitários que estão diretamente envolvidos na pesquisa e na implementação das políticas de cotas nas IFES.

Gestores e Administradores Universitários: Diretores, coordenadores de curso, pró-reitores e outros gestores das IFES que lidam com a implementação e administração das políticas de cotas.

Autoridades Governamentais: Representantes do governo federal, estadual e municipal responsáveis pela formulação e monitoramento das políticas públicas de educação, incluindo as cotas nas universidades.

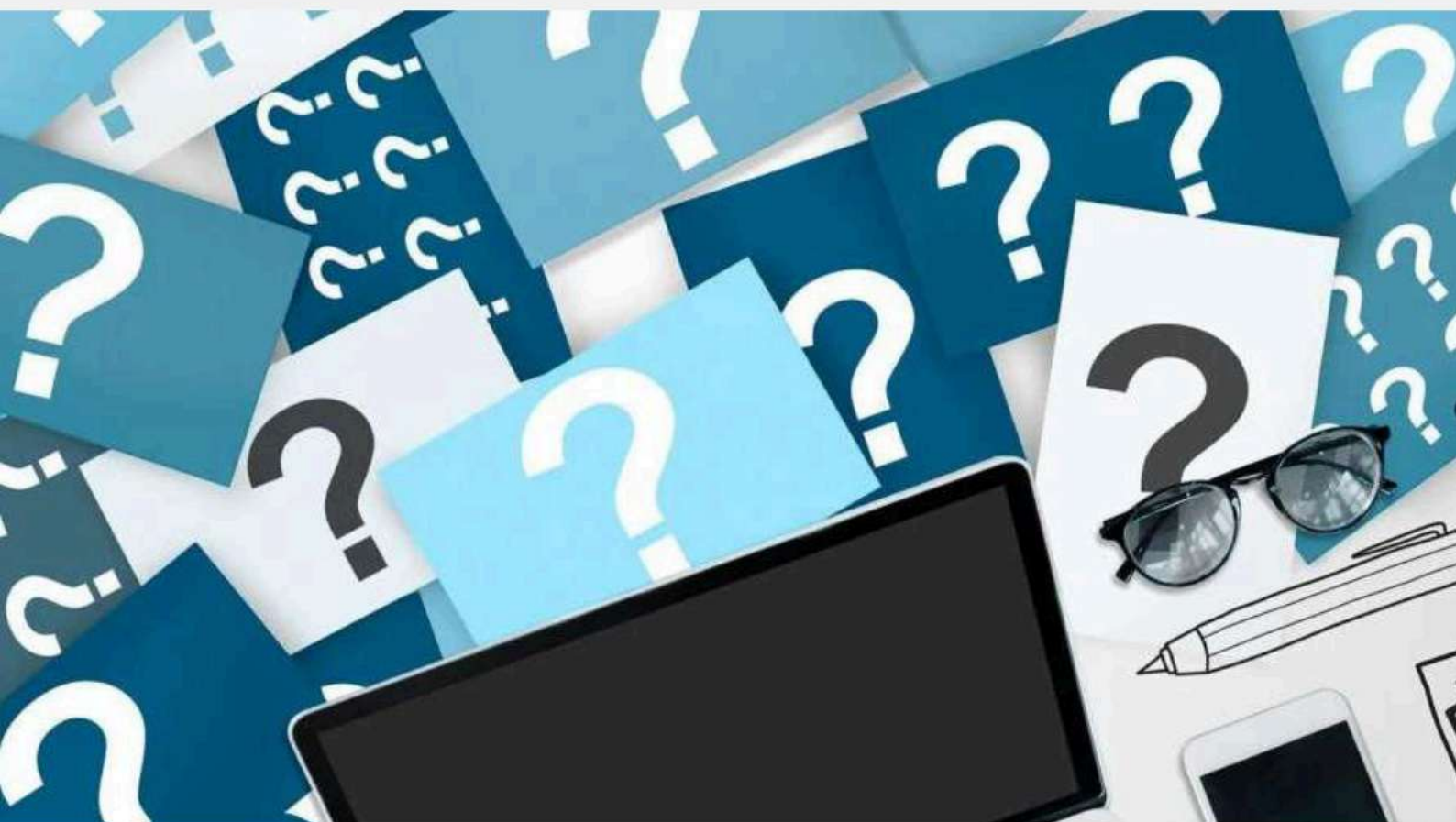
Movimentos Sociais e Organizações da Sociedade Civil: Grupos que defendem a equidade e a inclusão na educação superior, bem como aqueles que monitoram e fazem lobby em relação à implementação das políticas de cotas.

Comunidade Acadêmica: Alunos, pais e responsáveis, e ex-alunos das IFES que podem estar interessados nos resultados da pesquisa para entender melhor o impacto das políticas de cotas na diversidade e na qualidade do ensino.

Empresas e Empregadores: Organizações que buscam entender como as políticas de cotas impactam a formação e a qualificação dos profissionais que ingressam no mercado de trabalho.

Meios de Comunicação: Jornalistas e veículos de mídia interessados em relatar os resultados da pesquisa para informar o público em geral sobre questões relacionadas à educação e inclusão social.





DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

A inclusão da referida lei, foi uma tentativa de abordar as desigualdades e injustiças enfrentadas pela população negra e indígena no Brasil, que historicamente sofre com discriminação, preconceito e exclusão social. A inclusão desses critérios é fundamentada no princípio de que as ações afirmativas são necessárias para compensar o legado de injustiças e promover uma sociedade mais justa e igualitária (Silva, 2020). Com isso, identifica-se o problema: Como o sistema de cotas influencia o desempenho acadêmico?

O Pressuposto se dá pelo acesso presencial dos candidatos negros e pardos. Para facilitar o acesso ao programa, seria necessário a criação de um núcleo de assessoramento aos candidatos com dificuldades de acesso à plataforma online, visando melhorar o acesso, fornecendo suporte aos candidatos em dificuldades de acessar a plataforma online, ajudando no preenchimento de formulários, resolvendo problemas técnicos, respondendo dúvidas. Por fim, o núcleo também poderia fornecer informações sobre o programa e sobre como se inscrever.

OBJETIVOS DA PROPOSTA

O objetivo desta proposta é avaliar o desempenho acadêmico dos discentes cotistas na Universidade Federal do Piauí (UFPI), buscando compreender não apenas seus resultados acadêmicos, mas também os fatores que influenciam seu desempenho e sua trajetória educacional.

Além disso, o estudo pretende analisar o impacto das políticas de cotas raciais e sociais na promoção da inclusão e da diversidade na UFPI, considerando não apenas o rendimento acadêmico, mas também a permanência dos estudantes, sua participação em atividades extracurriculares e seu acesso a recursos de apoio acadêmico e socioeconômico. Por meio dessa abordagem abrangente, busca-se fornecer informações relevantes para o aprimoramento das políticas de inclusão e equidade na instituição de ensino superior

➤ **Compreender a relação entre os índices e resultados.**

Realizar uma análise dos egressos cotistas no âmbito da Universidade Federal do Piauí - UFPI;

Compreender como os gestores podem contribuir com o aperfeiçoamento do processo, através da comissão de heteroidentificação;

Analisar a Universidade Federal do Piauí - UFPI, quanto a distribuição das vagas de cotas raciais e

Identificar os fatores que podem contribuir para o sucesso ou desafios enfrentados por esses discentes ao longo de sua jornada universitária.



DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

Neste relatório técnico, foi realizada uma análise da quantidade de ingressantes cotistas e não cotistas, bem como o efeito temporal de 2012 a 2017.

Método de Análise Envoltória de Dados (DEA): O estudo utilizou a Análise Envoltória de Dados (DEA) como metodologia para medir a eficiência de conclusão dos discentes no período de 2012 a 2017, além de permitir avaliar como os recursos públicos foram alocados e se traduziram em resultados eficazes em termos de taxas de sucesso e conclusão anual.

Eficiência dos percentuais de conclusão: Os resultados da pesquisa revelam, portanto, que em média, os candidatos que ingressaram via "Enem Cota" tiveram um desempenho ligeiramente superior aos candidatos que ingressaram via "Enem" ao longo do período analisado, diante do cenário apresentado

Relação Positiva entre a quantidade de discentes que ingressam pela política de cotas: Destaca-se com essa análise que a média geral dos percentuais de "Enem" ao longo dos anos é de aproximadamente 38,83%, enquanto a média geral dos percentuais de "Enem Cota" é de aproximadamente 39,87%, representando um percentual de + 1,04% para variável "Enem Cota".

Em resumo, a análise revela uma trajetória de crescimento inicial seguida por um declínio gradual e, eventualmente, uma estabilização tanto da Taxa de Sucesso na Graduação, quanto na Taxa de Conclusão Anual, sugerindo uma ligação desses fatores, com os investimentos em orçamentos da época, portanto, alinhando a uma política pública traçada na contenção de investimentos em educação e suas atividades correlacionadas.



O estudo busca entender para além dos números a dimensão e relevância da política de cotas sociais e raciais na UFPI, compreendendo o papel do Estado na formulação e implementação de políticas públicas educacionais, mostrando que essas políticas desempenham um papel fundamental no desenvolvimento social, econômico e cultural do país, ao estabelecerem diretrizes, metas e ações para garantir o acesso à educação, melhorar a qualidade do ensino e promover a igualdade de oportunidades, essencial na formação de cidadãos críticos e participativos.

No período de 2012 a 2015, observa-se uma variação nos resultados de conclusão entre os grupos Enem e Enem Cota. Em 2012.2 e 2013.1, os alunos cotistas apresentaram um desempenho inicialmente melhor do que os alunos regulares do Enem. No entanto, essa tendência se inverteu em 2013.2, 2014.2 e 2015.2, com os alunos regulares do Enem mostrando um desempenho superior. Essa variação sugere uma dinâmica complexa, possivelmente influenciada por diversos fatores.

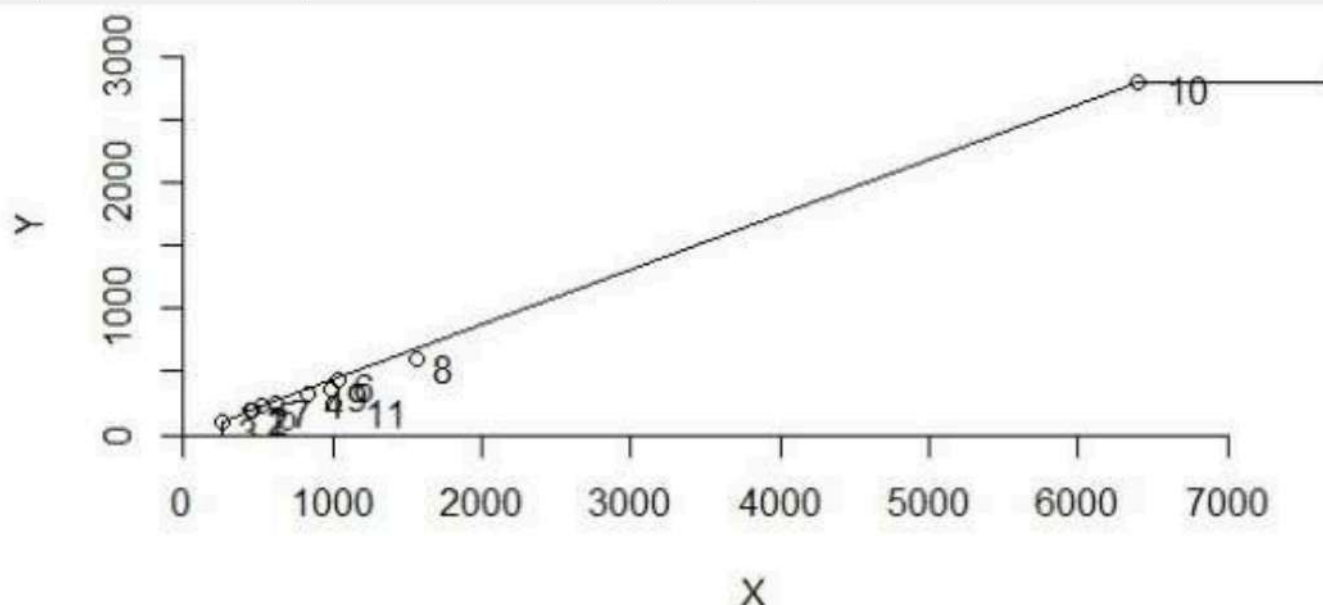
Em 2016 e 2017, a diferença nos percentuais de conclusão entre os grupos Enem e Enem Cota foi mínima, indicando uma relativa estabilidade nos resultados ao longo desses períodos. No entanto, em 2017.1, os alunos cotistas apresentaram um desempenho significativamente superior em comparação com os alunos regulares do Enem.

No geral, há uma alternância nos resultados ao longo dos anos, sugerindo que a eficácia das políticas de cotas pode variar de acordo com o período e outros fatores contextuais, essa análise evidencia a importância contínua de monitorar e analisar os dados para informar a tomada de decisões em relação às políticas educacionais.

Ao comparar os limites da fronteira de eficiência com cota e sem cotas podemos perceber claramente uma diminuição clara dos formandos a partir do ano de 2016, período que coincide com a mudança de um governo progressista para um governo de direita/ extrema direita.

A exceção é dada ao primeiro semestre de 2017, que coincide com a formação de todos os alunos do ensino a distância (CEAD), onde verifica-se que é um modelo de ensino que favorece tanto aos cotistas quanto não cotistas.

Em contrapartida, a eficiência dos não cotistas, que se mostra inferior aos cotistas desde 2012.2, sofre uma forte ascensão a partir de 2016.2, indicando que políticas públicas voltadas para a diminuição no ensino superior impacta positivamente nos discentes que não dependem de cotas para concluir sua formação superior.





PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Implementação de Programas de Acompanhamento Acadêmico:

- Desenvolvimento de programas de acompanhamento acadêmico específicos para os estudantes cotistas, visando fornecer suporte adicional para garantir sua adaptação e sucesso acadêmico.

Fortalecimento de Políticas de Acolhimento e Integração:

- Introdução de programas de orientação e acolhimento para estudantes cotistas, incluindo mentoria por estudantes veteranos ou professores, para ajudá-los a se integrar melhor à comunidade universitária.

Promoção de Cursos Preparatórios e Nivelamento:

- Oferta de cursos preparatórios e atividades de nivelamento para estudantes cotistas, com foco nas disciplinas básicas e competências essenciais para garantir uma base sólida para seu progresso acadêmico.

Incentivo à Participação em Atividades Extracurriculares:

- Estímulo à participação dos estudantes cotistas em atividades extracurriculares, como grupos de estudo, projetos de pesquisa, atividades esportivas e culturais, para promover seu desenvolvimento integral e aumentar sua motivação e engajamento na vida universitária.

Avaliação Contínua e Ajustes nas Políticas de Ações Afirmativas:

- Realização de avaliações periódicas do desempenho dos estudantes cotistas e revisão constante das políticas de ações afirmativas, com base nos resultados obtidos, para garantir sua eficácia e promover a igualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior.

“

Essas intervenções têm o objetivo de contribuir para a melhoria da aderência dos discentes à Lei de Cotas e para o aumento do sucesso acadêmico dos estudantes cotistas na Universidade Federal do Piauí, promovendo a inclusão e a equidade no ambiente universitário.



RESPONSÁVEIS PELA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO E DATA

Gestão Universitária:

- Reitoria da Universidade Federal do Piauí (UFPI)
- Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE)
- Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG)
- Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PREXC)
- Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPG)

Coordenações de Cursos:

- Coordenadores de cursos de graduação
- Coordenadores de programas de pós-graduação

Serviços de Apoio e Acompanhamento:

- Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP)
- Serviço de Psicologia Aplicada (SPA)
- Serviço de Orientação Vocacional e Profissional (SOVP)

Movimentos Sociais e Organizações da Sociedade Civil:

- Movimentos estudantis
- Grupos de defesa dos direitos sociais e educacionais
- Organizações não governamentais (ONGs) atuantes na área educacional

Comunidade Acadêmica em Geral:

- Estudantes cotistas e não cotistas
- Associações de pais e mestres
- Profissionais de educação e pedagogia da UFPI

Órgãos Estudantis:

- Diretório Central dos Estudantes (DCE)
- Centros e Diretórios Acadêmicos (CAs e DAs)

Docentes:

- Professores dos cursos de graduação e pós-graduação
- Orientadores de pesquisa e extensão

Técnicos Administrativos:

- Secretarias acadêmicas
- Setores de apoio estudantil

Órgãos Governamentais e Legislativos:

- Ministério da Educação (MEC)
- Comissões de Educação e Cultura no Congresso Nacional
- Secretarias Estaduais e Municipais de Educação

Empresas e Setor Privado:

- Empresas parceiras em programas de estágio e trainee
- Investidores em programas de bolsas de estudo e pesquisa



Nessa perspectiva, percebe-se que a igualdade material defendida na Constituição Federal de 1988, foi amplamente conquistada com o advento da política de cotas. Além disso, fica evidente que o Estado possui papel central na busca de uma sociedade mais justa e igualitária e a Lei 12.711/2012 nesse sentido é a exemplificação dessa ação do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lei de Cotas 12.711/2012 representa um avanço significativo na redução das desigualdades sociais e na promoção da inclusão na educação superior, especialmente nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Sua revisão periódica, conforme estipulado no artigo 7º, é crucial para garantir sua eficácia contínua e adaptabilidade às necessidades sociais em evolução.

O estudo realizado na Universidade Federal do Piauí (UFPI) analisou o desempenho dos alunos cotistas, destacando seus sucessos e desafios. Esta pesquisa forneceu informações valiosas para aprimorar políticas de inclusão e equidade, identificando padrões de desempenho e fatores influentes.

Além disso, o relatório técnico destacou a importância da gestão adequada das políticas de cotas, incluindo a criação de um núcleo de assessoramento para candidatos com dificuldades de acesso à plataforma online, visando promover a inclusão.

Os resultados indicam que o desempenho dos alunos cotistas sugerem relação com os investimentos em educação. A estabilidade e o declínio posterior nas taxas de sucesso sugerem que a contenção de investimentos pode impactar negativamente o desempenho acadêmico.

O relatório técnico também ofereceu sugestões para estudos futuros, incluindo investigações comparativas sobre o impacto das políticas de cotas em diferentes instituições de ensino superior e análises mais aprofundadas sobre o papel dos gestores universitários na promoção da equidade.

Concluindo, o estudo destaca a importância da compreensão dos fatores que influenciam o desempenho dos alunos cotistas e seu impacto na formulação de políticas mais inclusivas. Espera-se que esses resultados inspirem novas pesquisas e práticas que fortaleçam o compromisso com a diversidade, a inclusão e a excelência no ensino superior, visando alcançar uma sociedade mais igualitária e oportunidades educacionais para todos.



REFERÊNCIAS

- LÓPEZ, L. C. O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde. *Interface: Comunicação, Saúde e Educação*, Botucatu, v. 16, n. 40, p. 121-134, jan./mar. 2012.
- CAVALCANTI, P. A. *Análise de políticas públicas: o estudo do Estado em ação*. Salvador: EDUNEB, 2012.
- SOUZA, Y. H. de; SECCHI, L. Extinção de políticas públicas: síntese teórica sobre a fase esquecida do policy cycle. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v. 20, n. 66, p. 75-93, 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. *A democratização e expansão da educação superior no país: 2003 – 2014: balanço social 2003 – 2014*. Brasília, DF, 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Reuni 2008: relatório de primeiro ano*. Brasília, DF, 2009.
- INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Sinopse estatística da educação superior 2005*. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.asp> . Acesso em: 8 mar. 2023.
- BITTENCOURT, M. F. N.; FERREIRA, P. A. As obras na implementação de políticas públicas: o caso do Reuni. In: *ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO*, 38, Rio de Janeiro, 2014.
- BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 abr. 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Análise sobre a expansão das Universidades Federais 2003 a 2012: relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012*. Brasília, DF, 2012.
- BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 abr. 2007.
- SILVA, V. P. M. *Lei de Cotas no Ensino Superior e Racismo Institucional: conhecendo o trâmite legislativo da Lei 12.711/2012*. Jundiaí: Paco Editorial. 2020.

Discente: Marcio Frank Rodrigues

Orientador: Rodrigo Santos de Melo

Universidade Federal do Piauí – UFPI

07 de março de 2024

